

OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA E DROGAS ENVOLVENDO ALUNOS DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIADEMA – SÃO PAULO¹

FIGUEIREDO, Regina²

FEFFERMANN, Marisa³

SANTOS, Márcia⁴

FREGNANI, Liria Maria Palmigiano⁵

BICO, Rosamaria Fredo⁶

ALMEILDA, Nilton César⁷

SIQUEIRA, Danilo Martins de⁸

Resumo: Apresenta-se inquérito feito com diretores de escolas públicas de Ensino Fundamental e EJA - Educação de Jovens e Adultos de Diadema/SP quanto à ocorrência de violência e uso de álcool e drogas. Responderam 59 escolas (83,1%), em 60% houve ao menos um evento de violência, sendo a mais comum a violência familiar: física (59,2%) e sexual (51,0%). Constatou-se a ocorrência de 20% de casos de violência racial, 10% de homofóbica e cerca de 5% contra meninas. Nas faixas etárias de EJA triplicam essas ocorrências. Bebidas alcólicas dentro da escola ocorreram em 23,1% das escolas pesquisadas que possuem Ensino Fundamental 1 e

1 Texto baseado na pesquisa “Ocorrências em Sexualidade, Saúde Sexual e Reprodutiva, Violência e Drogas nas Escolas Municipais de Diadema - SP”, desenvolvida pelo Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Diadema.

2 Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; Socióloga e Mestre em Antropologia e Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. E-mail: reginafigueiredo@uol.com.br

3 Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; Psicóloga, Mestre e Doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: mfeffermann@gmail.com

4 Secretaria de Educação do Município de Diadema – SP; Pedagoga pela Universidade São Marcos, Formada em Letras pela Fundação Santo André, com Especialização em Sociologia pela Fundação de Sociologia Aplicada e Secretária Municipal de Educação. E-mail: secretaria.educacao@diadema.sp.gov.br

5 Secretaria de Educação do Município de Diadema. Psicopedagoga e Especialista em Gestão Gerencial pela Fundação Santo André, Especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Nova Iguaçu e em Gestão Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Diretora do Departamento de Formação e Acompanhamento Pedagógico. Email: liria.fregnani@diadema.sp.gov.br

6 Secretaria de Educação do Município de Diadema; Pedagoga pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bernardo do Campo, com Especialização em Supervisão, Coordenação Pedagógica, Administração e Planejamento Escolar e Coordenadora do Núcleo Social da Secretaria de Educação de Diadema. E-mail: rosamaria.bico@diadema.sp.gov.br

7 Secretaria de Educação do Município de Diadema. Formação em Serviço Social pela Faculdade Mauá e Membro da Equipe do Núcleo Social da Secretaria de Educação de Diadema. E-mail: nilton.almeida@diadema.sp.gov.br;

8 Estudante de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e estagiário no Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo pela FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. Email: daniloflegma@gmail.com

uso de drogas ilícitas, incluindo o tráfico, em 42,9% das escolas que contam com classes de EJA; 55,1% fazem ações preventivas quanto à violência e drogas, porém necessitam para ampliar encaminhamento e notificações de protocolos de atuação intersetoriais de orientação.

Palavras-chaves: violência, escola, criança, adolescente, violência doméstica

Abstract: It presents survey with directors of public schools in Elementary Education and Adult Education - Youth and Adult Diadema / SP as to the occurrence of violence and use of alcohol and drugs. 59 respondents (83.1%), in 60% there was at least one event of violence, the most common family violence: physical (59.2%) and sexual (51.0%). It was found to occur 20% of violence racial, homophobic 10% to about 5% against girls. Age groups of triple EJA these occurrences. Alcoholic beverages within the school occurred in 23.1% of Fundamental with 1 and use of illicit drugs, including trafficking, with 42.9% of EJA, 55.1% are preventive actions as violence and drugs, but they need to expand routing and notification protocols intersectoral action orientation.

Key-words: violence, schooling, teen, domestic violence

Introdução

A violência, definida pela OMS – Organização Mundial de Saúde (2002) como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”, é um fenômeno complexo e multicausal, que se insere na teia das relações sociais, políticas e econômicas, atingindo tanto o espaço público quanto o privado. Este fenômeno se manifesta sob formas explícitas, tais como os acidentes, homicídios e suicídios, além de modos subjetivos, como a discriminação, a exclusão social e violência psíquica. O fenômeno da violência, como qualquer fenômeno social, seus significados, representações e dimensões, se transforma a partir do contexto histórico, social e político em que está inserido, o que lhe atribui o dinamismo próprio da vida social (ABRAMOVAY, 2006: 53).

Ação impetrada através da força, ímpeto ou intensidade, a violência se instaura como poder da vontade de uma pessoa ou um grupo sobre outro(s), por isso se opõe ao direito, à justiça, à razão, causa danos físicos, morais, emocionais e/ou espirituais, assim como o não reconhecimento do outro, substituindo o diálogo e qualquer possibilidade de argumentação ou demanda. Para Chauí (1999:3) violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza “relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror”. É, portanto, uma relação de forças, tanto em termos

interpessoais quanto em termos de classes sociais. Por isso a autora afirma que a violência é, em primeiro lugar, a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão, ou seja, a conversão de diferentes em desiguais (desigualdade em relação entre superior e inferior); em segundo lugar, a violência se coloca como ação que trata um ser humano como “coisa”, excluindo-o da condição de sujeito, desprestigiando ou impedindo sua expressão, produzindo a inércia, passividade e silenciando este último. A diferença e alteridade são transformadas em signos hierárquicos infalíveis de superioridade e inferioridade e a intolerância se funda como impossibilidade de convívio.

Adorno (1989) caracteriza a sociedade brasileira como uma sociedade hierárquica, concentradora de poder e opressora de grandes camadas da população que tem os seus direitos desprezados e, por vezes, considerados como concessão: “o direito à vida, à subsistência mínima, à saúde, à educação, tudo isto é vilipendiado” (ADORNO, 1989, p.11). A violência no Brasil pode ser verificada em todos os seus momentos históricos, por isso possui um caráter estrutural, arraigado que se instala como epidemia em nossa sociedade, em todos os lugares, no aparelho de Estado, nas instituições sociais e políticas, nos espaços públicos e particulares, expressando a existência de vários eixos de poder.

Essa violência real é ocultada por vários dispositivos (CHAUÍ, 1989, p.36-37), e discursos, tais como: o jurídico, que dirige seu foco apenas à criminalização e repressão fundamentalmente dos ataques à propriedade privada; o dispositivo de exclusão, que considera a violência atividade de determinados grupos sociais (os atrasados, arcaicos, marginais, etc.); o dispositivo sociológico que defende que a sociedade brasileira não é violenta, em essência, e a violência uma situação passageira ou acidental atribuída a um momento definido; e finalmente, o dispositivo de inversão do real, que permite que se dissimulem comportamentos, ideias e valores, de certa forma, “mascarando-a”.

Os processos de exclusão de direito às políticas públicas (educação, saúde e outras), de acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade de classes, raças, gênero e gerações são constitutivos da violência que perpassa a vida cotidiana de todos os brasileiros. Também a discriminação, se constitui enquanto um tipo específico de violência simbólica presente que, segundo Bourdieu (1989: 169-170), é exercida pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro (cit. ZALUAR & LEAL, 2001: 864).

Na cultura brasileira além da violência estrutural das desigualdades sócio-econômicas e de falta de direitos, as discriminações que geram maior violência simbólica e invariavelmente se transformam em violências “mais duras”, ou seja, comportamentais, físicas ou sexuais são:

- **desigualdade de gênero:** que expressa a divisão de poder entre homens

em mulheres numa construção patriarcal padrão do poder social (ANDRADE, 2007), onde se procura aferir ou legitimar a inferioridade de modelos femininos ou não-masculinos. Por isso a preocupação atual em quantificar e estabelecer indicadores que denunciem a pior situação social de mulheres com relação aos homens (IPEA, 2011);

- **a homofobia:** que expressa mais profundamente a desigualdade social de gênero, incidindo sobre o indivíduo que “contesta o caráter construído da normalidade e hegemonia de uma identidade-padrão” – heterossexual (FURLANI, 2005: 223). Assim, a homofobia expressa a tentativa de se evitar a ruptura da equação estabelecida sexo = gênero = sexualidade legítima, buscando a continuidade das convenções binárias de gênero e ações que cultivam a oposição-complementaridade dos sexos como norma. Não à toa, o surgimento do preconceito homofóbico coincide com a instabilidade criada pela não adequação total aos padrões tradicionais masculino/feminino.

- **o racismo / preconceito de cor:** que denuncia a desigualdade social entre os grupos étnicos e/ou raciais e expressa a tentativa de perpetuação dos modelos tradicionais classificatórios a partir de características biológicas do indivíduo ou população. Não à toa, vem sendo alvo, nas últimas duas décadas, de pesquisas oficiais brasileiras que procuram denunciar a desigualdade nas condições de vida e oportunidades das populações (SCHWARTZMAN, 1999), denunciando que as inscrições raciais criam barreiras que impedem a mobilidade social devido ao preconceito e à discriminação (ABROMOVAY et al, 2009).

A Violência contra Crianças e Adolescentes

A humanidade durante todo seu desenvolvimento tem produzido e reproduzido infinitas formas de violências, muitas vezes sob a justificativa de educar e corrigir, justificando a intenção de socializar os indivíduos, especialmente as crianças e adolescentes (LOURO, 1987). A violência contra crianças e adolescentes “implica, de um lado, transgressão do poder de proteção do adulto e, de outro, coisificação da infância, isto é, negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (AZEVEDO & GUERRA, 1995: 36).

O contexto familiar do Brasil foi formado por uma cultura política predominantemente oligárquica e excludente, obstruiu a organização de necessários e fortes canais e instrumentos de participação popular que foram por séculos substituídos pelos enganosos fisiologismo, paternalismo e mandonismo, produzindo soluções aparentemente fáceis, ao mesmo tempo em que gerava dependência nos costumes de seguidas gerações e compondo um imaginário onde indivíduos creem

na sua própria incapacidade para resolver seus próprios problemas e se articularem uns com os outros (MARIUCCI & CASTILHO, 2011).

A preocupação com os direitos da criança e do adolescente é introduzida com a problemática da violência urbana de filhos crianças e adolescentes de populações egressas da escravidão (SANTOS, 2008), e chega às famílias ditas “estruturadas” da classe média e das elites pela abordagem da violência intra-familiar introduzida a partir da criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que enfatiza os aspectos dos abusos, maus tratos sofridos por crianças e adolescentes, até então de âmbito privado.

Como novos paradigmas para o sistema de justiça e para a sociedade como um todo, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina uma doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos em estágio de desenvolvimento e passando a atribuir ao Estado a responsabilidade de promoção deste exercício através de ações de prevenção, proteção e intervenção, inclusive sobre o espaço privado e o poder familiar, com notificação obrigatória da ocorrência de violência (BRASIL, 1990, artigo 130, 226 e 245).

A violência contra crianças e adolescentes pode afetar todos os aspectos da vida da criança, como psicológicos, físicos, comportamentais, acadêmicos, sexuais, interpessoais, subjetivos, comprometendo a auto-estima e estimulando a ocorrência de violência subsequente (AZEVEDO & GUERRA, 1995: 36):

- **negligência:** falha de pais ou responsáveis em prover cuidados de saúde, nutrição, higiene pessoal, vestimenta, educação, habitação e sustentação emocional, e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle. A negligência é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física, permanente ou temporária;

- **violência psicológica:** ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa;

- **violência física:** quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento;

- **violência sexual:** situação em que se induz ou obriga criança a contatos ou práticas sexuais, utilizando poder físico, influência psicológica, uso de armas ou drogas ou ameaças. Além da ocorrência forçosa, a violência sexual contra crianças e adolescentes envolve prática sexual com menores de 14 anos e o abuso sexual, que inclui carícias ou contatos, ou uso de imagens corporais de partes sexuais de crianças e adolescentes.

Um ponto a destacar é que muitas vezes os efeitos da violência doméstica contra criança e o adolescente são subestimados, partindo do princípio que os impactos desta violência tendem a desaparecer com o tempo. Segundo Day et al

(2003), a violência sofrida pela criança não deve ser desconsiderada por alguns de seus efeitos não serem evidenciados de imediato e deve ser reconhecida como um sério problema da infância, uma vez que mesmo que as crianças vitimizadas sejam afastadas de seus agressores, os efeitos da experiência vivida tendem a repercutir em toda sua vida.

Ocorrências de Violência contra Crianças e Adolescentes em Diadema

Na área da saúde, uma das formas de verificação da ocorrência de violência são os registros por internação hospitalar. Segundo o Ministério da Saúde, entre os principais motivos de internação hospitalar de crianças e adolescentes (excluindo-se doenças infecciosas) estão problemas relacionados à violência, ao uso de álcool e drogas. Partindo desses dados, o Plano Nacional de Juventude (BRASIL, 2005) e as ações de saúde voltadas a este público têm incluído os temas violência, álcool e drogas, enfatizando o espaço escolar como estratégico para suas ações, tal como orienta o atual programa de repasses federais de recursos aos municípios PSE - Programa Saúde na Escola (MEC, 2011).

Conforme dados do DATASUS, a violência que mais atinge crianças até 12 anos é a doméstica, difícil de ser identificada uma vez que a agressão ocorre no seio familiar e causada principalmente pelos pais ou responsáveis pelas crianças, havendo subnotificações de casos, que geralmente são registrados como “lesões acidentais”.

Diadema, município onde foi realizada a pesquisa descrita neste artigo, situa-se ao sul da Grande São Paulo, com 389.064 habitantes (IBGE de 2010), e se desenvolveu como polo de apoio ao crescimento de indústrias automotivas da região e hoje se configura como cidade dormitório de trabalhadores, principalmente das cidades de São Paulo, São Bernardo do Campo e Santo André. Neste município, apenas em 2011, foram registrados 235 casos de internação hospitalar de crianças de 0 a 14 anos por este grupo de causas de “acidentes externos” (DATASUS), sendo apenas 4,6% delas explicitamente registradas como “agressões externas”. Ao mesmo tempo, essas mesmas agressões foram responsáveis por 25 internações (60,5% do total das lesões externas) de adolescentes de 15 aos 25, principalmente de indivíduos do sexo masculino.

Com relação à violência sexual, dados de 2011 fornecidos pela RAVIS - Rede de Atenção à Violência Sexual do Município de Diadema registraram 79 ocorrências, 54 femininas e 25 masculinos, 32,9% delas com agressor intrafamiliar comprovado (SE/DIADEMA, 2012).

Com relação à ocorrência dos eventos em violência e envolvimento com álcool e drogas, sabe-se que as periferias e cidades dormitórias das grandes cidades brasileiras, costumam apresentar dados elevados notificados, tanto nacionalmente, quanto em serviços municipais, além de afetar a saúde física, mental, familiar e social

dos usuários, conforme aponta o CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (2012). Levantamento realizado por essa instituição demonstra que no Ensino Fundamental e Médio brasileiro, o uso de bebidas alcóolicas foi constatado em 65,2%, cigarros por 24,9%, energéticos por 12,0 %, solventes por 9,8%, maconha por 5,9%, ansiolíticos por 4,1%, anfetaminas por 3,7%, cocaína por 2,0% e anticolinérgicos por 1,2%. Por serem proibidas para consumo de crianças e adolescentes obviamente esses dados são subestimados, embora alguns casos extremos de uso possam ser identificados em registros hospitalares de internação.

No município de Diadema, considerando a faixa etária de 15 a 24 anos, o Ministério da Saúde registrou apenas sete casos de internação devido ao uso de drogas ilícitas entre adolescentes e jovens, em 2011 além de dois casos específicos relacionados ao uso de bebidas alcoólicas, totalizando 9 internações por substâncias psicotrópicas (DATASUS). Já o Espaço Fernando Ramos, que funciona como CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas) no município, registra uma média de 313 casos anuais de abertura de prontuários para esses usuários (cerca de 2.500 de 2003 a 2012), a grande maioria adolescentes e jovens, apontando que dados hospitalares não configuram nem 3% do total de ocorrências ligadas ao uso abusivo ou à dependência química (LIMA, 2008).

Escola como Lócus de Interconexão com a Violência

A escola é o local em que crianças e adolescentes estabelecem vínculos afetivos e de confiança com seus educadores, sendo por isso um importante espaço onde a violência contra crianças e adolescentes, principalmente a doméstica é revelada. O contato permanente com os alunos possibilita aos educadores a observação de sinais de violência, como as dificuldades de aprendizagem, isolamento social, agressividade extrema com crianças e/ou adultos, conhecimento sexual inapropriado para a idade, marcas físicas, além do relato de casos pelo aluno. Por este motivo, o Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, seguindo os de proteção a criança e ao adolescente previstos no ECA, elaboraram a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, institui a inclusão de temas transversais para serem abordados no conteúdo escolar, entre eles a saúde e a violência (MEC, 1996).

A escola também é um dos principais espaços de encontro e convivência de crianças e adolescentes de diferentes níveis e grupos sociais, possibilitando a construção de relações cotidianas entre indivíduos de diferentes jeitos de ser, valores, crenças e visões de mundo, construindo dinâmicas de interação em potencial, se utilizadas a transformar preconceitos e exclusões preexistentes. Apesar disso, no geral, como demonstra Gomes (2002), a escola reafirma preconceito e discriminações, reproduzindo relações de desigualdades de âmbito social, como se

observa com a questão do racismo, do preconceito de gênero, incluindo a homofobia de desnível sócio-econômico.

Por tudo isso, a atuação com a violência no espaço escolar e sua identificação se mostra primordial para a elaboração não apenas de ações de encaminhamento de casos de ocorrência de violência, mas de discussão e práticas. Este artigo relata o diagnóstico realizado em escolas de Diadema buscando nortear ações de intervenção com definição de fluxos e estratégias de atuação nesses equipamentos públicos.

Metodologia

O projeto, desenvolvido pelo Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde em parceria com o Núcleo Social desta secretaria, fez um inquérito quantitativo descritivo, levantando ocorrências com relação à violência e uso de álcool e drogas em todas as 59 EMEBs - Escolas Municipais de Ensino Básico (incluindo as de Ensino Fundamental 1 e 2 e EJA - Educação de Jovens e Adultos).

O levantamento foi realizado através de coleta de dados utilizando questionário semi-estruturado de autopreenchimento disponíveis online através do sistema Form-SUS do Ministério da Saúde, respondido pelos diretores escolares durante o período de 01 de agosto a 01 de setembro de 2012. Este instrumento abordou ocorrências de violência nas escolas: violência física, sexual e simbólica, incluindo discriminações por raça e cor, gênero e homofobia, tanto verbais quanto comportamentais e utilização de álcool e drogas ilícitas e/ou envolvimento com tráfico, assim como as atitudes e fluxos adotados por educadores e escolas frente às mesmas. Os dados foram analisados através do software SPSS, através de frequências simples.

Resultados

De um total de 59 escolas com Ensino Municipal Básico (EMEBs), 49 (83,1%) responderam à pesquisa. Destas, em cerca de 60% foi registrado pelo menos um evento de violência (48,1% das escolas que atuam com o 1º ano do Ensino Fundamental, 92,3% das com Ensino Fundamental 1, na única escola do município que oferece o Ensino Fundamental 2, 71,4% das escolas com EJA 1 e 83,3% das escolas com EJA 2).

As ocorrências de violência mais comuns apontadas pelos diretores (desconfiança ou constatação real deste evento), tanto em escolas com estudantes crianças até 12 anos (Fundamental 1), como adolescentes (acima de 12 anos) são violências físicas por parte da família contra alunos (em 59,2% das escolas), seguidas pela desconfiança de casos de violência sexual (em 51,0%). Constatam-se também, que em 20% das escolas houve ocorrência de discriminação e violência racial e em

pelo menos 10% de violência homofóbica e cerca de 5% de violência de gênero com relação a meninas, todas ocorrendo mais fortemente em escolas com EJA.

A ocorrência de uso de bebidas alcóolicas, por sua vez, foi referida por 23,1% das escolas com Ensino Fundamental 1 (que abrigam crianças abaixo de 12 anos) e de drogas ilícitas em 42% das escolas com classes de EJA, incluindo 42,9% de instituições que contam com o envolvimento de alunos do EJA no tráfico dessas substâncias ilegais.

Tabela 1 - Ocorrências de Viol. dentro da Escola em Diadema, segundo Diretores, conforme tipo de escola. Diadema, 2012.

	Em todas as escolas %	No 1º ano do Fund. 1 (%)	em Fund. 1 (%)	em Fund. 2* (%)	em EJA 1 (%)	em EJA 2 (%)
Ocorrências de Violência de gênero (contra Meninas)	4,1	15,6	9,1	0	14,3	0
Ocorrências de violência racial	18,4	28,1	50,0	100,0	57,1	66,7
Ocorrências de violência homofóbica	10,2	12,1	33,3	0	42,9	50,0
desconfiança de viol. física em alunos <u>por parte da família</u>	59,2	48,6	92,3	100,0	71,4	83,3
constatação de viol. física em alunos <u>por parte da família</u>	28,6	17,6	61,5	100,0	42,9	50,0
ocorrências de viol. verbal <u>entre alunos e professores</u>	26,5	17,1	53,8	0	57,1	66,7
ocorrências de ameaça de viol. física <u>entre alunos e professores</u>	14,3	8,6	30,8	100,0	42,9	50,0
ocorrências de viol. física <u>entre alunos e professores</u>	10,2	8,6	15,4	100,0	28,6	16,7
desconfiança de viol. sexual em alunos <u>por parte da família</u>	51,0	48,6	61,5	100,0	57,1	50,0
constatação de viol. sexual em alunos por parte da família	16,3	11,4	30,8	0	28,6	33,3
ocorrências de viol. uso de bebidas alcóolicas <u>no ambiente escolar</u>	6,1	0	23,1	0	0	33,3
ocorrências de uso de drogas ilícitas nos arredores da escola	42,9	34,3	69,2	0	71,4	83,3
ocorrências de uso drogas ilícitas dentro do ambiente escolar	12,2	2,9	38,5	0	42,9	83,3
envolvimento de alunos com tráfico de entorpecentes fora da escola	14,3	5,7	38,5	100,0	71,4	66,7
envolvimento de alunos com trafico de entorpecentes dentro da escola	8,2	2,9	23,1	0	42,9	50,0
envolvimento de crianças (até 12 anos) com uso de álcool e/ou cigarro	6,1	8,6	0	N/A	N/A	N/A

*Diadema só possui 1 escola de Ensino Fundamental 2 regular, portanto 100% se refere a ela.

Conforme a resposta de diretores, problemas relativos à violência em geral são alvo de preocupação de pelo menos 28,6% das escolas, sendo em 38,5% das com Ensino Fundamental, 28,6% com EJA 1 e 16,7% das escolas com EJA 2. Só há uma escola de Ensino Fundamental 2 regular no município.

Já a preocupação com uso de cigarros e álcool entre crianças até 12 anos está presente, em apenas, 18,2% das escolas de Ensino Fundamental 1 e a preocupação com consumo de drogas ilícitas e álcool por adolescentes está presente em 60% das escolas com EJA.

Tabela 2 – Situação Atual da Escola quanto a Ocorrências Escolares ligas à Violência, Uso de Álcool e drogas, segundo Diretores, Diadema, 2012.

	Em todas as escolas %	No 1º ano do Fund. 1 (%)	em Fund. 1 (%)	em Fund. 2* (%)	em EJA 1 (%)	em EJA 2 (%)
Ocorrências de Violência Física e/ou Sexual:						
Normal (sabem lidar com casos)	36,7	37,1	38,5	100,0	57,1	66,7
Não há preocupação e casos	30,6	34,3	23,1	0	14,3	16,7
Preocupante (não sabem lidar com casos)	28,6	25,7	38,5	0	28,6	16,7
Alarmante (estão desesperados com o problema)	2,0	2,9	0	0	0	0
Ocorrências de Álcool e Drogas:						
Normal (sabem lidar com casos)	12,2	12,1	15,4	100,0	42,9	16,7
Não há preocupação e casos	53,1	66,7	30,8	0	0	0
Preocupante (não sabem lidar com casos)	26,5	18,2	53,8	0	42,9	66,7
Alarmante (estão desesperados com o problema)	2,0	3,0	0	0	14,3	16,7
Ocorrências de Álcool e Cigarro até 12 anos:						
Normal (sabem lidar com casos)	8,2	11,8	0	N/A	N/A	N/A
Não há preocupação e casos	73,5	79,4	81,8	N/A	N/A	N/A
Preocupante (não sabem lidar com casos)	10,2	8,8	18,2	N/A	N/A	N/A

*Diadema só possui 1 escola de Ensino Fundamental 2 regular, portanto 100% se refere a ela.

A maioria das escolas de Ensino Fundamental, assim como em EJAs busca resolver problemas ligados à discriminação e violência de gênero (com meninas), homofóbica e racial, além da violência entre pares, conversando com os próprios alunos e/ou com a família; porém nos EJAS, 1/3 busca apoio da Secretaria de Educação para resolver tais casos de violência simbólica, além de uma minoria que recorre à ronda escolar para resolvê-las.

Já as violências físicas sofridas por alunos em decorrência de agressões de seus familiares são resolvidas, na maior parte das vezes (84,3%) através de

encaminhamentos para a Secretaria de Educação e Conselho Tutelar. Apesar disso, em alguns casos (1/3 das escolas com 1º ano do Fundamental) há apenas conversa sobre a agressão com os próprios alunos e/ou com a família.

Cerca de 15% das escolas se omitem quanto à violência ocorrida entre professores e alunos ou frente a contatos físicos forçados entre meninas e meninos ou entre pessoas do mesmo sexo, conforme relato dos diretores.

Com relação à atitude frente à ocorrência de violência sexual doméstica sofrida por alunos, 3,6% das escolas com 1º ano de Ensino Fundamental 1 e 14% das escolas com EJA informaram não tomar nenhuma atitude. Nas escolas com Fundamental 1, no mínimo 10% chamam os familiares para averiguar a situação. Apesar disso, a maioria (85,95%) das escolas vem realizando encaminhamento de casos de violência sexual para a Secretaria de Educação e para o Conselho Tutelar.

Tabela 3 – Atitude da Escola frente a Ocorrências relativas à Violência contra Crianças e Adolescentes, segundo Diretores Escolares, Diadema, 2012.

	Em todas as escolas %	No 1º ano do Fund. 1 (%)	em Fund. 1 (%)	em Fund. 2* (%)	em EJA 1 (%)	em EJA 2 (%)
<i>Discriminação/Violência</i>						
<i>Racial:</i>						
Não se posiciona	8,2	N/A	0	0	0	0
Conversa com aluno	16,3	N/A	12,5	0	16,7	40,0
Conversa com a família	24,5	N/A	62,5	0	33,3	40,0
Encaminha à Secretaria da Educação / Conselho Tutelar/ Ronda Escolar	14,3	N/A	12,5	100,0	33,3	20,0
<i>Violência Homofóbica:</i>						
Não se posiciona	8,2	N/A	0	0	0	0
Conversa com aluno	14,3	N/A	12,5	0	16,7	40,0
Conversa com a família	20,4	N/A	62,5	0	33,3	40,0
Encaminha à Secretaria da Educação / Conselho Tutelar/ Ronda Escolar	14,3	N/A	12,5	100,0	33,3	20,0
<i>Violência Física de adolescentes por parte de colegas:</i>						
Não se posiciona	12,2	N/A	12,5	0	14,3	20,0
Conversa com aluno	8,2	N/A	12,5	0	14,3	40,0
Conversa com a família	10,4	N/A	50,0	100,0	42,9	40,0
Encaminha à Secretaria da Educação / Conselho Tutelar/	14,3	N/A	25,0	0	28,6	0
<i>Violência contra Meninas:</i>						

OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA E DROGAS ENVOLVENDO ALUNOS DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIADEMA – SÃO PAULO

Não se posiciona	8,2	N/A	0	0	0	0
Conversa com aluno	14,3	N/A	12,5	0	16,7	40,0
Conversa com a família	24,5	N/A	50,0	0	33,3	20,0
Encaminha à Secretaria da Educação / Conselho Tutelar/	18,4	N/A	37,5	100,0	50,0	40,0
Violência Física por parte de familiares:						
Não se posiciona	6,2	0	0	0	14,3	16,7
Conversa com aluno	0,6	3,0	0	0	0	0
Conversa com família	8,94	36,4	8,3	0	0	0
Encaminha à Secretaria da Educação / Conselho Tutelar/	84,26	60,6	91,7	100,0	85,7	83,3
Não se posiciona	6,1	3,6	0	0	14,3	16,7
Conversa com aluno	10,2	3,6	0	0	0	0
Conversa com a família	18,4	14,3	10	0	0	0
Encaminha Caso à Secr. Educação/ Cons.Tutelar	22,4	78,6	90,0	100,0	85,7	83,3
Contatos NÃO Voluntários entre Meninas e Meninos (maiores de 12 anos):						
Não se posiciona	18,4	N/A	N/A	0	16,7	20,0
Conversa com aluno	8,2	N/A	N/A	0	16,7	20,0
Conversa com família	18,4	N/A	N/A	0	33,3	20,0
Encaminha Caso à Secr. Educação/ Cons.Tutelar	8,2	N/A	N/A	100,0	33,3	40,0
Contatos NÃO Voluntários entre alunos do mesmo sexo entre (maiores de 12 anos):						
Não se posiciona	18,4	N/A	N/A	0	16,7	20,0
Conversa com Aluno	10,2	N/A	N/A	0	16,7	20,0
Conversa com família	18,4	N/A	N/A	0	33,3	20,0
Encaminha Caso à Secr. Educação/ Cons.Tutelar	8,2	N/A	N/A	100,0	33,3	40,0
Violência Sexual por parte de familiares:						
Não se posiciona	7,2	3,6	0	0	14,3	17,2
Conversa com aluno	0,72	3,6	0	0	0	0
Conversa com a Família	6,2	14,3	10,0	0	0	6,9
Encaminha Caso à Secr. Educação/ Cons.Tutelar	85,9	78,3	90,0	100,0	85,7	75,9

*Diadema só possui 1 escola de Ensino Fundamental 2 regular, portanto 100% se refere a ela.

Observa-se que há omissão quanto ao uso de bebidas alcoólicas em pelo menos 12,5% das escolas de Fundamental 1 (26,7% das com 1º ano de Fundamental

1) e 14% com relação ao uso de drogas ilícitas por adolescentes, principalmente nas escolas com EJA 1 e 2.

Tabela 4 – Encaminhamento frente à Ocorrência entre Adolescentes de Uso de Bebidas Alcoólicas e Drogas. Diadema, 2012.

	Em todas as escolas %	No 1º ano do Fund. 1 (%)	em Fund. 1 (%)	em Fund. 2* (%)	em EJA 1 (%)	em EJA 2 (%)
Uso de Bebidas Alcoólicas e Drogas entre Crianças até 12 anos						
Não se posiciona	10,2	26,7	12,5	N/A	N/A	N/A
Conversa com a família	14,3	20,0	50,0	N/A	N/A	N/A
Encaminha caso a secretaria de saúde	2,0	6,7	0	N/A	N/A	N/A
Encaminha caso para Secretaria de Educação	20,4	46,7	37,5	N/A	N/A	N/A
Uso de Álcool na Escola						
Não se posiciona	10,2	N/A	N/A	0	0	0
Conversa com aluno	8,2	N/A	N/A	0	33,3	40,0
Conversa com a família	10,2	N/A	N/A	0	33,3	0
Encaminha caso a secretaria de saúde	2,0	N/A	N/A	0	0	0
Encaminha caso para Polícia	2,0	N/A	N/A	100,0	16,7	20,0
Encaminha à Secretaria da Educação	18,4	N/A	N/A	0	16,7	40,0
Uso de Drogas Ilícitas na Escola						
Não se posiciona	12,2	N/A	N/A	0	14,3	16,7
Conversa com aluno	2,0	N/A	N/A	0	0	16,7
Conversa com a família	4,1	N/A	N/A	0	0	0
Serviço de Saúde	2,0	N/A	N/A	0	14,3	0
Encaminha para Polícia	8,2	N/A	N/A	100,0	28,6	33,3
Encaminha para Secr. Educação	24,5	N/A	N/A	0	42,9	33,3
Venda de Drogas Ilícitas na Escola						
Não se posiciona	12,2	N/A	N/A	0	14,3	16,7
Conversa com aluno	2,0	N/A	N/A	0	0	16,7
Conversa com a família	4,1	N/A	N/A	0	0	0
Encaminha para Polícia	8,2	N/A	N/A	100,0	28,6	33,3
Encaminha para Secr. Educação	24,5	N/A	N/A	0	57,1	33,3

*Diadema só possui 1 escola de Ensino Fundamental 2 regular, portanto 100% se refere a ela.

Conforme os dados coletados, pelo menos 49% das escolas realizaram nos últimos dois anos encaminhamentos de violência física sofridas por crianças e adolescentes por parte de familiares ao Conselho Tutelar e no mínimo 34,7% de violência sexual, violências apontadas pelos diretores como mais frequentes nas escolas com Fundamental 1.

Tabela 5 – Encaminhamento de Violência e Uso de Álcool e Drogas em Escolas nos últimos 2 anos, segundo Diretores. Diadema, 2012.

	Em todas as escolas %	No 1º ano do Fund. 1 (%)	em Fund. 1 (%)	em Fund. 2* (%)	em EJA 1 (%)	em EJA 2 (%)
<i>Violência Física Familiar</i>						
Encaminhamento para Cons. Tutelar	49,0	45,5	69,2	100,0	42,9	50,0
<i>Violência Sexual Familiar</i>						
Encaminhamento para Cons. Tutelar	34,7	36,4	41,7	0	28,6	33,3
<i>Uso de Álcool</i>						
Para família	4,1	4,0	11,1	0	14,3	0
Para serviços de saúde	4,1	4,2	11,1	0	14,3	0
<i>Drogas Ilícitas</i>						
Para família	6,1	N/A	N/A	0	14,3	16,7
Para serviços de saúde	4,1	N/A	N/A	0	14,3	16,7
<i>Tráfico</i>						
Para família	2,0	N/A	N/A	0	14,3	0
Para a Polícia	4,1	N/A	N/A	0	14,3	16,7

*Diadema só possui 1 escola de Ensino Fundamental 2 regular, portanto 100% se refere a ela.

As escolas, em sua maioria (55,1%) afirmam realizar ações preventivas com relação à violência e drogas, principalmente as que atuam com faixa etária de adolescentes, como as com EJA 1. Em geral, os trabalhos que abordam violência são feitos pela própria escola (em mais de 60% dos casos), além de serem executados pela Secretaria de Educação que promove palestras. Em 10% das escolas de Ensino Fundamental também há ação nesse tema realizada por organizações não governamentais da região. A discriminação de gênero é bem menos trabalhada, incluindo a violência homofóbica.

Tabela 6 – Escola Realiza Trabalhos Preventivos, conforme temas. Diadema, 2012

	Em todas as escolas %	No 1º ano do Fund. 1 (%)	em Fund. 1 (%)	em Fund. 2* (%)	em EJA 1 (%)	em EJA 2 (%)
Violência em Geral	55,1	60,0	75,0	100,0	85,7	83,3
Discriminação de gênero (entre Meninas e Meninos)	51,0	62,5	38,5	0	71,4	33,3
Discriminação Homossexual e Diversidade	32,7	34,4	38,5	0	71,4	36,7
Consumo de Álcool e Drogas	16,3	15,4	44,4	0	57,1	33,3

*Diadema só possui 1 escola de Ensino Fundamental 2 regular, portanto 100% se refere a ela.

Discussão

A pesquisa explicita o espaço escolar como local de identificação de diversos tipos de violência que cercam e atingem crianças e adolescentes. Por isso, essa instituição precisa se configurar, cada vez mais, em sua função protetora, criando valores de igualdade, respeito e cidadania e combatendo a não viabilização da violência.

Por ter alcance ampliado e presença no cotidiano deste público, tem alcance de identificar ocorrências de diversos tipos de violência, incluindo a doméstica e a intrafamiliar, que podem comprometer não apenas a qualidade da formação destes, mas também colocar em risco o futuro da saúde física, psíquica e social dos alunos.

A obrigatoriedade de notificação dos casos de violência sofrida por crianças e adolescentes prevista no ECA (BRASIL, 1990) é de todos, inclusive da escola e se mostra fundamental na medida em que a própria pesquisa apresenta a identificação desses casos pelo diretores escolares.

Os dados levantados confirmam a ocorrência de violência familiar com constatação de violência física contra alunos e, também pela suspeita de casos de violência sexual, demonstrando que já há uma preocupação e atuação das escolas públicas de Diadema no sentido de procurar realizar procedimentos de encaminhamento de denúncias e notificações a conselhos tutelares e a Secretaria de Educação. Há, no entanto, vários casos onde esses procedimentos ainda não são adotados, explicitando uma tendência dos educadores de buscar resolvê-los internamente junto à família, ou seja, junto aos próprios suspeitos ou coniventes com a agressão. Esta posição termina por postergar e “delatar” a sua descoberta aos próprios agressores, principalmente nos casos em que atingem crianças, provocando efeitos inversos à proteção almejada, o que demonstra a necessidade de maior esclarecimento dos educadores quanto à necessidade de encaminhamento e notificação de suspeitas, uma vez que se sabe que a escola não tem competência e nem a função de investigá-los (COSTA et al., 2007; ARTINI et al., 2008).

A dificuldade das crianças revelarem a violência sexual, segundo Furniss

(1993, p. 24), faz com que o abuso sexual infantil se mostre como uma “síndrome de segredo”, onde o agressor que ameaça a criança é alguém muito próximo. Ao mesmo tempo, a invisibilidade deste fenômeno se reforça pelo fato de que muitas vezes quando a vítima tenta a denúncia, os adultos lhe tratam com descrédito, muitas vezes responsabilizando a própria vítima por sedução (AZEVEDO & GUERRA, 1998).

Essa série de fatores faz com que no Brasil, as subnotificações de violência contra a criança e o adolescente, principalmente de ordem sexual, sejam ignoradas, gerando impotência e, conseqüente inação, de escolas e educadores, tal como verificado entre os profissionais de saúde por Gonçalves & Ferreira (2002) e Furniss (1993).

A noção de que há intromissão no espaço privado familiar, também é outro ponto que dificulta as denúncias. Apesar do aumento da judicialização de questões relacionadas à violência intrafamiliar contra criança e adolescente, essa intervenção ainda é considerada intrusiva e ofensiva à família e especificamente à autoridade dos pais.

A pesquisa demonstra que a escola é palco de violências ligadas às discriminações de padrões de raça e gênero, corroborando a necessidade de perpétua atuação de educadores e secretarias de educação com relação a valores sociais mais amplos que promovam a cidadania e a mais equidade de grupos sociais tidos como “minorias” de status cultural, sócio-econômico e político. A violência de gênero na escola atinge meninas, mas principalmente meninos que também fogem ao padrão estereotipado masculino de nossa sociedade, conformando-se como uma violência homofóbica explicitada pelos diretores em 10% das escolas pesquisadas, como já havia sido constatado em outros estudos (ASINELLI-LUZ & CUNHA, 2012; SOUSA & SILVA, 2011; FIGUEIREDO, 2008), refletindo uma sociedade mais ampla onde os homossexuais são o grupo minoritário “mais odiado dentre todas as minorias” (MOTT, 2000) e alvo de grande quantidade de violência, indiscutivelmente explicitadas nos casos de assassinados, contra gays, lésbicas, travestis e transexuais (MOTT, 2000; 2006).

Desigualdades raciais são apontadas explicitamente pela pesquisa como ocorrendo em pelo menos 20%, das escolas, segundo os questionários obtidos, demonstrando que o Brasil ainda é um país de relações sociais marcadas pelo preconceito e a discriminação por motivo de raça/, tal qual vem apontando indicadores que denunciam a dificuldade de acesso a serviços públicos, desigualdade de remunerações entre brancos e negros no mercado de trabalho e a baixa escolarização dos negros no Brasil (IPEA, 2011).

Apesar da preocupação com o tema por parte de diretores e da presença de uso de bebidas alcoólicas em mais de 1/5 das escolas infantis, constatam-se vários casos de omissão de ação e encaminhamento frente a esta realidade, contrariando a

legislação em vigor no estado de São Paulo que proíbe a presença de bebidas alcoólicas no espaço escolar (SÃO PAULO, 2011).

A grande presença também do uso de drogas ilícitas no espaço escolar, verificada na maioria das escolas onde funcionam os períodos noturnos com turmas de EJA, mostra as dificuldades das escolas públicas de municípios periféricos em relação aos grandes centros urbanos, fato que se constitui como uma grande preocupação dos diretores escolares pesquisados. No entanto, a falta de padronização dos encaminhamentos de tais ocorrências por parte das escolas (da indiferença, comunicação apenas com o aluno, busca da família, até casos de solicitação e encaminhamento a conselhos tutelares, à polícia ou ronda escolar) aponta para a divergência de modelos de ação adotados, ora partindo de concepções repressivas, ora não repressivas quanto ao tema, explicitando a falta de protocolos de atuação dos municípios frente a tais problemáticas.

A presença do tráfico de drogas dentro de 40% das escolas de EJAs, demonstra que esta problemática transcende o espaço escolar e é explicada pelo contexto de exclusão social da sociedade local (FEFFERMAN, 2006), por isso necessita de uma ação intersetorial para ser equacionada também na área de educação, juntamente com apoio das secretarias de saúde, assistência social e segurança pública tal como apontam os planos nacionais de enfrentamento às drogas (BRASIL, 2011).

Considerações Finais

Ressalta-se que a ação da escola, dependendo de sua qualidade, pode potencializar aprendizagens fundamentais alinhadas aos princípios de cidadania, produzindo valores de respeito à diversidade e ao outro.

A escola tem importante papel de sensibilizar a comunidade escolar para discussões sobre novas formas de relacionamento que evitem manifestações do preconceito e discriminações de gênero, homofóbicas e raciais.

Com relação à violência doméstica (física e sexual) a escola deve ampliar suas ações de escuta de manifestações por parte dos alunos e denunciando com mais efetividade tais ocorrências às secretarias de educação/conselhos tutelares, de forma a evitar a subnotificação de casos e perpetuação dessas ocorrências.

A questão das drogas lícitas e ilícitas se mostra mais complexa para atuação necessitando uma maior compreensão do contexto cultural de uso (prejudicial ou não) e socioeconômico que envolve a venda dessas substâncias no país.

Há necessidade de implementação de protocolos de orientação nas escolas, tal como está sendo desenvolvido em Diadema⁹, de forma a embasar a ação de educadores frente a essas ocorrências, tanto com relação a ações preventivas, quanto

⁹ Os protocolos desenvolvidos estão à disposição de escolas e educadores no site da Secretaria de Educação do município: <http://www.educacao.diadema.sp.gov.br/>

a encaminhamentos de casos e fluxos, incluindo a integração dos conselhos tutelares, de forma a criar uma política pedagógica e pública com relação ao tema.

Nesse sentido, a efetivação da política relativa à violência contra criança e adolescente está vinculada a garantia da execução das diretrizes do ECA, que implicam na co-responsabilização das secretarias de saúde, educação, bem estar social, habitação, esporte e lazer e segurança pública em ações intersetoriais.

Referências bibliográficas:

ADORNO, S. **O Brasil é um país violento**. São Paulo: *Tempo Presença*, n.246, ano11, 1989.

ABRAMOVAY, M; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: RITLA - Rede de Informação Tecnológica Latino-americana, SEE-DF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2009, 496 p.

ANDRADE, V. R. P. **A Soberania Patriarcal: o Sistema de Justiça Criminal no Tratamento da Violência Sexual Contra a Mulher**. Brasília: Direito Público, vol. 1, n.17, 2007.

ARPINI, D. M; SOARES, A. C.O.E.; BERTÊ, L.; FORNO, C.D. **A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência**. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. 14, n. 2, p. 95-112, dez. 2008.

ASINELLI-LUZ, A.; CUNHA, J.M. **Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008**. Curitiba: Educar em Revista, n.39, p. 87-102, jan./abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a07.pdf>. Acessado em setembro de 2012.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989

BRASIL. **Plano integrado de enfrentamento ao Crack e outras drogas**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/wp-content/uploads/2010/09/Lan%C3%A7amento.pdf>

__. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Juventude - PL nº 4.530/04**, Brasília. 2005. Texto preliminar.

__. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Relações Raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2006. v. 1, 370 p.

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas. **5º Levantamento Nacional de Drogas Psicotrópicas**. São Paulo: CEBRID/UNIFESP, 2004. Disponível em [http://www.cebrid.epm.br/levantamento_brasil2/pp001a010.pdf]. Acessado em setembro de 2012.

CHAUI, M. **Ética e violência**. São Paulo: Revista Teoria e Debate, Ano 11, número 39, out/nov/dez/ 1998, pp. 36/37.

__. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 1999.

COSTA, L.; PENSO, M.; RUFINI, B.; MENDES, A.; BORBA, N. **Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica**. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Psicologia, 59 (2), 2007, p. 245-255.

DATASUS. Ministério da Saúde. Disponível em [<http://www.datasus.gov.br>]. Acessado em Setembro de 2012. www.datasus.gov.br

DAY, V.P. et al. ; **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul vol.25 suppl.1 Porto Alegre Apr. 2003

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas, o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico de drogas**. Ed. Vozes. Porto Alegre. 2006

Figueiredo R. Regina. **Promovendo a Saúde Mental entre crianças e Adolescentes: a prevenção à violência em ações educativas**. Bis – Boletim do Instituto de Saúde, nº 45. São Paulo: Instituto de Saúde, agosto de 2008.

FURLANI, J. **Políticas identitárias na educação sexual**. In: GROSSI, M. et al. Movimentos sociais, educação e sexualidades. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 337p. Traduzido por Maria Adriana Veríssimo Veronese.

GOMES, N. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, 2002.

GONÇALVES, H.S.; FERREIRA, A.L. **A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde**. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública, 18(1): 315-319, 2002.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2011. 39 p. 4ª ed. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf]. Acessado em setembro de 2012.

LIMA, A.F. **Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade**. Porto Alegre: Psicol. Soc., vol.20 n.1, Jan/Apr 2008

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Porto Alegre: Editora Vozes, 1987. 6ª edição.

MARIUCCI, E. M. S.; CASTILHO, C. F. V. **A participação política e a família no contexto do público e do privado.** Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Londrina: UEL, agosto de 2011. GT3- Gênero e Família – Coordenadora Cássia Maria Carloto. Disponível em [http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Elza.pdf]. Acessado em setembro de 2012.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PSE - **Programa Saúde na Escola.** Brasília: MEC, 2011. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14578%3Aprograma-saude-nas-escolas&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=817]. Acessado em setembro de 2012.

___. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://www.educacao.org.br>.

MOTT, L. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?** In: Seminário Gênero & Cidadania: Tolerância e Distribuição de Justiça Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, UNICAMP, 2000. (Palestra proferida).

___. **Homo-afetividade e Direitos Humanos.** Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v.14, nº 2, 2006.

OMS/WHO. **World report on violence and health.** Genebra: OMS, 2002. Disponível em [http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/9241545615.pdf]. Acessado em setembro de 2012.

SÃO PAULO. **Lei nº 14.592 a que se aplica a proibição da venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.** São Paulo: ALESP, 19 de outubro de 2011.

SANTOS, G. **Da Lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra.** São Paulo: BIS – Boletim do Instituto de Saúde, n.44, abril de 2008.

SCHWARTZMAN, S. **Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil.** São Paulo: Novos Estudos CEBRAP. vol. 55, 1999.

SE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIADEMA. **Plano de Ação AçãoREação.** Diadema: SE/PAVAS, 2012. Trabalho de conclusão de curso.

SOUSA, J.M.; SILVA, J.P. **Homofobia: discutindo a discriminação no meio escolar.** Itabaiana: Gepiadde, Vol. 9, Ano 5, jan-jun de 2011. Disponível em http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_9/FORUM_V9_09.pdf. Acessado em setembro de 2012.

ZALUAR, A.; LEAL, M.C. **Violência extra e intramuros.** São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, nº. 45, 2001.